

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 113.811 - BA (2019/0163176-9)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
RECORRENTE : DIEGO JANUARIO FIGUEREDO DA SILVA (PRESO)
ADVOGADOS : IVAN JEZLER COSTA JUNIOR - BA022452
NATASSIA THAMIZY ARAUJO LIMA MENDONÇA -
BA050145
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por DIEGO JANUARIO FIGUEREDO DA SILVA contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia proferido no HC n.º 8000174-91.2019.8.05.0000.

Colhe-se nos autos que, em 18/12/2018, o Paciente foi preso em flagrante, no âmbito da Operação *Pityocampa*, deflagrada pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO) do Ministério Público do Estado da Bahia. Em 27/12/2018, a representação pela prisão preventiva do Paciente e de Corréus formulada pelo *Parquet* estadual foi deferida. Na mesma data, o Acusado foi denunciado pela suposta violação do "artigo 2º, § 4º, inciso II, da Lei nº 12.850/2013 (*PERTINÊNCIA A ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA*), artigo 299, caput, do Código Penal (*FALSIDADE IDEOLÓGICA*) e artigo 1º § 4º, da Lei nº 9.613/98 (*LAVAGEM DE DINHEIRO*) em *CONCURSO MATERIAL* na forma do artigo 69 do Código Penal, *alguns deles individualmente em CONTINUIDADE DELITIVA*" (fl. 69).

A segregação do Paciente foi impugnada originariamente no Tribunal de segundo grau, tendo sido denegada a ordem.

A Defesa impetrou, então, o presente *writ*, em que alega a falta de requisitos para a prisão processual sob os fundamentos, em síntese, de que a) o "*Paciente atua tão somente como laranja, a fim de beneficiar os cabeças da organização*" (fl. 216) e que "*não faz parte de qualquer núcleo político, não tinha elo com prepostos da administração pública, e os que integram esse bloco da investigação não foram destinatários de prisão*" (*ibidem*); b) "*a quebra de sigilo bancário do requerente atingiu supostas movimentações financeiras realizadas no período de 2014 a 25/07/2017, ou*

seja, há mais de 1 um ano, revelando a ausência de imediatidade, contemporaneidade da segregação a revelar o periculum libertatis" (fl. 225).

Requer, liminarmente e no mérito, a expedição de alvará de soltura, com ou sem o estabelecimento de medidas cautelares diversas da prisão.

É o relatório do necessário. Passo a decidir o pedido urgente.

A concessão da tutela de emergência, em juízo de cognição sumária e singular, exige a demonstração concomitante, e em grau bastante satisfatório, da plausibilidade do direito arguido e do perigo na demora. Este pode até ser admitido; aquela, ao revés, não se evidencia estreme de dúvidas.

Ao decretar a prisão preventiva do Recorrente e demais acusados, o Magistrado singular consignou o que se segue (fls. 86-89; sem grifos no original):

"Os documentos colacionados ao presente pedido demonstram a minuciosa investigação de complexa atividade criminosa de um grupo de pessoas, ora representados, que recebia recursos públicos destinados à saúde do Município de Feira de Santana de forma fraudulenta, através de diversas condutas criminosas, como fraude à licitação, falsidade ideológica, uso de 'empresas de fachada' para lavagem de capitais, além de superfaturamento de serviços e execução contratual fraudulenta.

Consoante narrativa contida na peça acusatória de fls. 03/51, a atuação da organização criminosa estava estruturada através da COOFSAUDE-Cooperativa de Trabalho, que participava de licitações voltadas à terceirização de mão de obra no âmbito da Secretaria de Municipal de Saúde de Feira de Santana, neste Estado. Superfaturamento de contratos, fraudes à licitação, ilegalidade na intermediação da mão de obra na área da saúde e superfaturamento dos serviços públicos prestados, foram investigados pelo Ministério Público.

Segundo a peça acusatória: 'Com efeito, restou demonstrada, até o momento a existencial de uma verdadeira organização criminosa composta pelo menos de dois distintos núcleos, um político-administrativo, integrado por agentes público e diversos e outro econômico-empresarial, integrado por agentes privados e estruturado em torno da COOFSAUDE Cooperativa de Trabalho, que, em articulada e sintônica atuação, controlavam as principais fases do macroprocesso de execução orçamentária e viabilizavam os reiterados desvios de recursos da Secretaria de Saúde do Município de Feira de Santana/BA, infligindo danos milionários ao Erário e à sociedade.' (fl. 09).

Os indícios suficientes de autoria e materialidade estão demonstrados através das detalhadas análises das movimentações financeiras feitas pelas pessoas físicas e jurídicas juntadas ao presente pedido, pela Nota Técnica da Controladoria Geral da União-Regional/BA de fls. 217/300, e dos relatórios formulados pelo

Ministério Público após investigação sobre as empresas e seus responsáveis, em tese, envolvidos nos delitos investigados. Verificado, assim, o fumus commissi delicti.

A minuciosa investigação realizada prosperou em trazer elementos concretos que demonstram a gravidade do delito investigado. A organização criminosa perpetrava crimes licitatórios, fraudes à execução de contratos, falsidades em processos de pagamento, peculato e lavagem de dinheiro.

O uso equivocado e ilegal de verba pública, perpetrados através de uma gama de ilícitos não traz apenas prejuízo financeiro ao erário público, traz prejuízo imensurável à população. Não se pode olvidar de que o montante declarado pelo Ministério Público como resultado das atividades criminosas da organização descrita, veio daqueles que pagam impostos, população esta que não encontra atendimento adequado no sistema público de saúde que se já tem carências estruturais, fica ainda mais debilitado quando a pouca verba que lhe é destinada não é devidamente utilizada para seus fins precípuos.

A gravidade dos crimes cometidos por Haroldo Mardem Dourado Casaes, Salomão Abud do Valle, Helton Marzo Dourado Casaes, Robson Xavier de Oliveira, Januário do Amor Divino, Cléber de Oliveira Reis, Rogério Luciano Dantas Pina, Diego Januário Figueiredo da Silva e Aberaldo Rodrigues Figueiredo vão além do montante de quase R\$ 1.000.000,00 (um bilhão de reais), pois não é possível calcular os prejuízos da população que carece de saúde pública.

*A denúncia acostada ao presente processo narra de forma clara e detalhada a participação de cada um dos nove investigados. A narrativa longa e extensa que aqui se adota como parte integrante desta decisão, deixa transparente que em relação a cada um dos investigados há provas e elementos que os ligam aos crime em apreço. **Destaque-se a individualização das condutas feitas às fls. 43/48 destes autos, oportunidade em que o Ministério Público, de forma didática, demonstra como cada um dos representados atuava na prática delitogena.***

A necessidade de se garantir a ordem pública, um dos fundamentos da custódia cautelar ou ao periculum libertatis, está presente em virtude da gravidade em concreto do delito, evidenciada linhas anteriores. Não só a garantia da ordem pública deve ser valorizada neste momento, a necessidade de se garantir a instrução criminal também encontra-se presente, vez que o poder econômico e político daqueles que participam desta organização pode levar a manipulação de provas e a dificultar a obtenção da verdade durante a instrução criminal.

Diante desse quadro, a prisão cautelar dos representados é medida imperiosa para garantia da ordem pública, encontrando respaldo legal no art. 282, § 6º, combinado com o art. 312, do CPP, não sendo cabível, pois, a aplicação das medidas cautelares alternativas à prisão, previstas no art. 319 do mesmo diploma legislativo, posto que os comportamentos acima aludidos evidenciam que essas medidas não são

*suficientes para o fim pretendido pela justiça criminal consistente no acautelamento da ordem social e da instrução processual. **A necessidade de se desarticular esta complexa organização formada para cometer delitos fundamenta, também, a imperiosa decretação da medida extrema, visto que os delitos narrados se perpetuaram durante anos, demonstrando sua periculosidade e possibilidade de reiteração delitiva.***

Com efeito, vê-se que o Juízo de primeiro grau – mais próximo do fatos e das provas – concluiu que a prisão do Recorrente se justifica, notadamente, pela necessidade de se desarticular organização criminosa. Essa circunstância impede o reconhecimento de flagrante ilegalidade, em razão do entendimento desta Corte no sentido de que *"se justifica a decretação de prisão de membros de associação ou organização criminosa como forma de diminuir ou interromper as atividades do grupo, independentemente de se tratar de bando armado ou não"* (RHC 79.103/RS, Rel. Min. REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJe 7/4/2017).

Assim, *primo ictu oculi*, não se constata a patente ilegalidade sustentada pela Defesa – o que obsta, ao menos por ora, o acolhimento da pretensão urgente formulada.

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido liminar.

Solicitem-se informações pormenorizadas ao Juízo de primeiro grau, sobretudo acerca da prisão processual imposta ao Recorrente e do andamento do feito, a serem instruídas com senha ou chave de acesso à movimentação processual.

Após, ouça-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de junho de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora